

O Livro da Guerra Grande sob o viés da latino-americanidade

Cíntia Paula Andrade de Carvalho
(Doutoranda, Literatura e Cultura, UFBA; Professora, IFBA)¹
Nancy Rita Ferreira Vieira²

Resumo: O artigo pretende analisar como *O Livro da Guerra Grande* (2002), de autoria do paraguaio Augusto Roa Bastos, do argentino Alejandro Maciel, do uruguaio Omar Prego Gadea e do brasileiro Eric Nepomuceno, ao retomar o episódio da Guerra do Paraguai, reinterpreta a referida campanha sob o viés da latino-americanidade. Tal releitura literária do evento bélico, em pleno século XXI, parece sugerir uma neutralização das ideias de nação e nacionalidade tão vigentes e valorizadas outrora.

Palavras-chave: *O Livro da Guerra Grande*, Guerra do Paraguai, latino-americanidade.

Abstract: The article in an analysis of *O Livro da Guerra Grande* (2002), authored by Augusto Roa Bastos (Paraguay), Alejandro Maciel (Argentina), Omar Prego Gadea (Uruguay) and Eric Nepomuceno (Brazil). It examines the way in which the book reinterprets the Paraguayan War through the lens the Latin American identity. The literary retelling of war, in the 21st century, seems to suggest that the perennial ideas and values of nation and nationality are undergoing a process of neutralization.

Keywords: *O Livro da Guerra Grande*, Paraguayan War, Latin Americanness.

*Nós latino-americanos somos como uma espécie de dedos de uma mão.
Cada dedo tem uma impressão digital, um é profundamente diferente do outro,
cada um tem sua função, mas juntos eles fazem uma mão.*
(Eric Nepomuceno)

1 Introdução

Muitos eventos bélicos da modernidade surgiram em decorrência de disputas entre Estados-nações e, dessa forma, não é surpresa que grande parte dos discursos histórico e literário produzidos desde então tenha se preocupado em interpretar os conflitos sob a ótica da nacionalidade. Não foi diferente com a Guerra do Paraguai, que eclodiu em 1864, prolongando-se a 1870³.

Várias são as obras historiográficas e literárias que revisitam o episódio, a partir de uma perspectiva nacionalista. No caso brasileiro, há a famosa narrativa memorialista *A retirada da Laguna*, de Alfredo d'Esgragnolle de Taunay. Conforme Olga Maria Castrillon-Mendes, no livro *Taunay viajante: construção imagética de Mato Grosso* (2013), o conjunto da obra do escritor brasileiro apresenta-se como um projeto de identidade nacional.

No entanto, nas últimas décadas, quando se observa o aparecimento de abordagens que problematizam o traçado das fronteiras nacionais, sugerindo uma configuração de novos contornos, a partir da eleição de outros aspectos de identificação e representação dos povos que habitam este território, manifestam-se releituras da referida campanha sob outros ângulos. No plano da literatura, alguns desses projetos assumem o viés de afirmação de uma suposta latino-americanidade ou apenas uma identificação ameríndia entre as nações envolvidas na Guerra do Paraguai. Isso não significa a negação das formas de representação dos referenciais identitários de cada um desses países, mas, em certa medida, o enfraquecimento destas. Neste painel, há lugar ainda para obras nas quais o procedimento de deslocamento que abala a força do projeto identitário da nacionalidade é implementado pelo enfoque de minorias marginalizadas pela historiografia acerca da guerra.

Em *O Livro da Guerra Grande* (2002), o paraguaio Augusto Roa Bastos⁴, o uruguaio Omar Prego Gadea⁵, o brasileiro Eric Nepomuceno⁶ e o argentino Alejandro Maciel⁷ juntam-se para recontar episódios relacionados à Guerra do Paraguai. Um desses episódios é a criação do suposto Quilombo Gran Chaco, no qual civis, soldados e oficiais – tanto do exército paraguaio quanto das forças aliadas – passam a viver em harmonia. Como um dos objetivos da obra coletiva é recontar como pessoas com nacionalidades de lados adversários na guerra podem viver em paz em outro modelo de conformação social, política e cultural, a afirmação de uma latino-americanidade advém de uma estratégia recorrente na obra, que é neutralizar os nacionalismos e reforçar a ideia de que a guerra destruiu povos e culturas de um mesmo território; não o da nação, mas de parte de uma coletividade muito mais complexa, a do continente americano.

O Livro da Guerra Grande é composto de cinco crônicas⁸, que, embora sejam demarcadas por atitudes escriturais singulares, dialogam entre si na construção do todo: o romance. Na medida em que as crônicas são produzidas por autores de lados contrários do conflito, haveria de se pensar na possibilidade de versões diferentes e mesmo conflitantes acerca da guerra. No entanto, uma análise mais cuidadosa dessa narrativa não se justifica sem que sejam considerados alguns aspectos importantes. Primeiro, o fato de que o livro é resultado de uma investida de escritores de países que hoje integram o MERCOSUL, criado no século XX para conter a hegemonia dos países ricos no mercado internacional, mas cujos ideais de regionalização estiveram presentes desde a formação e consolidação dos Estados nacionais latino-americanos (ROSSATO, 2003). Segundo, a ficção histórica contemporânea vem privilegiando tanto a representação da temática identitária de minorias marginalizadas pela historiografia

oficial quanto revisitando e reinterpretando fatos e personagens históricos sob novos olhares. Terceiro, acompanha-se no campo da literatura – e das ciências sociais, vale ressaltar – ampla discussão a respeito dos conceitos de americanidade e suas variantes e desdobramentos, como hispano-americanidade e latino-americanidade.

Nesse contexto, seria possível identificar na obra *O Livro da Guerra Grande* vestígios de uma escrita literária voltada à implosão das fronteiras nacionais e afirmação de uma literatura latino-americana? Uma vez que o livro retoma episódios da Guerra do Paraguai a partir da visão de escritores dos países diretamente envolvidos no conflito, haveria como reconhecer, na narrativa, indícios de uma neutralização de nacionalismos e, por sua vez, da conformação de uma latino-americanidade? O texto tem o propósito de refletir sobre essas questões. Cabe esclarecer, no entanto, que a presente reflexão não tem a intenção de fechar o assunto. Sob a perspectiva da autora, brasileira e latino-americana, o ensaio pretende apenas problematizar uma questão que vem suscitando ampla discussão no meio acadêmico.

2 A literatura e a ideia de latino-americanidade

O discurso literário é consagradamente campo preferencial de confecção do imaginário. Nas palavras de Zilá Bernd, em *Enraizamento e errância: duas faces da questão identitária*, a literatura é “lugar privilegiado de construção e desconstrução de identidades”, e estas devem ser pensadas “como uma dinâmica na qual ocorrem diferentes momentos de identificação que se realizam num sempre inacabado processo” (BERND, 2002, p. 36). Destarte, não é estranho o fato de a literatura estar sempre se comprometendo com a ideia de mexer, questionar ou mesmo consolidar os elementos de uma nacionalidade ou qualquer outra categoria de pertencimento referente às mais diferentes culturas.

Considerando a importância da literatura para o debate em torno da temática da identidade latino-americana, há de se mencionar aqui alguns dos nomes da literatura latino-americana e de suas respectivas estratégias ao explorarem os elementos suscitadores do sentimento da latino-americanidade em suas produções. Para tanto, caberia, antes, estabelecer sob que bases ideológicas teria se constituído o termo “América Latina”, ao qual a expressão “latino-americanidade” está relacionada.

Conforme Eurídice Figueiredo (2010), o termo América Latina tem uma longa história de luta. Surgiu na França em meio ao movimento pantalinista, idealizado por Michel Chevalier, que alimentava os sonhos imperiais da França de se impor à hegemonia da Inglaterra e dos Estados Unidos em seu próprio continente.

O primeiro a empregar o termo América Latina foi o chileno Francisco Bilbao, em conferência realizada em Paris em junho de 1856. No mesmo ano, o colombiano José Maria Torres Caicedo esforça-se em difundir o termo, utilizando-o, inclusive, no poema *Las dos Américas*. Vale ressaltar, que a noção de América Latina trabalhada por Caicedo não incluía o Brasil.

Walter Mignolo critica a ideia de latinidade porque, segundo ele, tal concepção teria sido criada para disfarçar a invisibilidade dos indígenas e afro-descendentes, que foram silenciados e não estariam interessados em pertencer ao *ethos* latino. Para o pesquisador argentino, a latinidade,

identidad reivindicada por los franceses y adoptada por las élites criollas, en última instancia, funcionó como un concepto que las ubicó por debajo de los angloamericanos y borró o degradó la identidad de los indios y los sudamericanos de origen africano (MIGNOLO, 2007, p. 20).

No entanto, na interpretação de Figueiredo (2010), a análise de Mignolo (2007) cai em generalizações, uma vez que amalgama reivindicações de grupos minoritários que não teriam nada em comum, como os de mulheres, gays, índios, afro-latinos etc. Acrescenta que a posição do estudioso argentino é tributária de uma experiência de latino que vive nos Estados Unidos, o qual nutre, portanto, uma percepção diferente do estudo do latino-americano.

Embora o uso da expressão “América Latina” seja corrente para denominar uma parte do continente americano, existe uma problemática em torno do termo, em virtude da imprecisão quanto à natureza dos critérios adotados para a definição de quais países estariam integrando este bloco subcontinental. O termo não é somente geográfico nem totalmente cultural. Em termos geográficos, a delimitação do bloco incluindo apenas os países da América do Sul e da América Central é problemática, uma vez que o México encontra-se localizado na América do Norte. Do ponto de vista cultural, a denominação reuniria apenas os países de cultura latina, o que inclui na totalidade a província canadense do Quebec e Porto Rico (Estado livre associado aos Estados Unidos). No entanto, segundo alguns estudiosos, esse arranjo normalmente não é aceito (ANDRÈS, 2003; DINIZ, 2007).

Para os viajantes europeus, a América, a princípio, era o Novo Mundo. Foi a colonização que rompeu a unidade ilusória do continente, transformando-o em territórios conectados apenas por laços que os prendiam à economia mercantil imposta pelas monarquias europeias. As modalidades divergentes de exploração colonial dissolveram a “América” em as Américas: a América Hispânica, assentada sobre a servidão ameríndia; a América Lusitana, apoiada na escravidão africana; a América

Anglo-Saxônica, bipartida entre as plantações sulistas escravocratas e as propriedades familiares nortistas; e o Caribe das *plantations* e dos piratas (ROSSATO, 2003).

A formação dos Estados nacionais americanos nas primeiras décadas do século XIX completou o percurso de fragmentação das Américas. A invasão da Espanha pelas tropas francesas de Napoleão Bonaparte, em 1808, deflagrou o processo das independências na América Hispânica. As elites *criollas* das colônias espanholas encontraram em homens como Simón Bolívar e José de San Martín os chefes militares da libertação. Na “Carta da Jamaica” (1815), Bolívar preconizava a unidade da América Hispânica independente, que deveria se organizar numa imensa confederação, do México até a Argentina, formada por três grandes federações. O grande ideal bolivariano, de unidade do conjunto hispano-americano, teve nesse documento a sua primeira expressão:

Es una idea grandiosa pretender formar de todo el Mundo Nuevo una sola nación con un solo vínculo que ligue sus partes entre sí y con el todo. Ya que tiene un origen, una lengua, unas costumbres y una religión, debería, por consiguiente, tener un solo gobierno que confederase los diferentes Estados que hayan de formarse; mas no es posible, porque climas remotos, situaciones diversas, intereses opuestos, caracteres desemejantes, dividen a la América (BOLÍVAR, 1999, p. 88).

Luiz Roberto Cairo, no ensaio *Literatura brasileira, literatura latino-americana?* (2007), também sinaliza que a criação da expressão América Latina, no século XIX, na França, foi uma tentativa da América hispânica de diferenciarse da América anglo-saxônica. Posteriormente, a expressão passou a abranger também o Brasil, o Caribe francês, o Quebec e os povos do Caribe não colonizados por neolatinos, como as colônias inglesas e holandesas. Ao analisar, de forma breve, alguns trabalhos críticos de autores brasileiros e hispano-americanos, Cairo aponta a evidência de uma interação entre o Brasil e as demais nações americanas. Para tanto, esclarece que sua reflexão se pauta no instinto de americanismo ou americanidade tanto no sentido de “sentimento de pertença à América”, empregado por Zilá Bernd e Maria do Carmo Campos (1995), quanto de “exaltação do continente americano”, utilizado por Hélio Lopes (1997). De acordo com Lopes, o sentimento de nacionalidade no Brasil, presente em textos poéticos românticos, nasceu paralelo a certo instinto de americanidade.

No entanto, Cairo reconhece a existência de textos de pesquisadores de literaturas ibero-americanas sobre o desconhecimento recíproco entre os escritores de literaturas de expressão hispano-americana e luso-americana. Nesses textos, há menção a escritores luso-americanos que se referem às literaturas latino-americanas “como um bloco no qual não se vêem”. Conforme o ensaísta, o que parece ter contribuído para a permanência desta visão, por parte dos pesquisadores, é o esquecimento de textos que

constituem as fontes primárias da formação destas literaturas; o desconhecimento “da existência paralela à construção da identidade nacional, ao menos na literatura brasileira, de um certo *instinto de americanidade* que acaba revelando uma aproximação entre os povos do continente americano” (CAIRO, 2007, p. 40).

Nesse exercício de aproximação entre as diversas nações da América, por meio de um projeto identitário, rico em postulados com os quais ao mesmo tempo em que se consolidavam as soberanias nacionais se aprofundavam também laços de solidariedade intracontinentais, estariam, de acordo com Cairo (2007), por exemplo, textos nos quais a caracterização do Brasil estaria associada a elementos referentes a todo o continente americano e não apenas ao espaço delimitado pelas fronteiras do país. Por conta disso, convém citar escritores brasileiros que participaram da investida tais como José de Alencar (*Iracema*, 1865; *O Guarani*, 1957; *Ubirajara*, 1874), Fagundes Varela (*Vozes da América*, 1864; *Anchieta ou O Evangelho da Selva*, 1875), Castro Alves (*O livro e a América*, 1870), Machado de Assis (*Americanas*, 1875), entre outros. Da mesma forma, registra-se na América Hispânica a iniciativa de escritores que procuraram expressar o sentimento de americanismo em suas obras como o crítico argentino Juan Maria Gutiérrez (organizou a antologia *América poética*, em 1846), Francisco Laggomaggiore (organizou a antologia *América Literária*, 1883) e Carlos Romagosa (organizou a coletânea *Joyas poéticas americanas*, em 1897).

Convém lembrar que Joaquim Maria de Machado de Assis, ao analisar a produção literária brasileira incumbida de tratar da cor local e contribuir para a valorização da identidade nacional, assinala o quanto a literatura nacional vinha utilizando elementos da natureza e do passado pré-colonial do continente americano. O autor de *Dom Casmurro* (1899) dá a entender que a reflexão acerca da nacionalidade brasileira, em certa medida, desenvolvia-se atrelada ao sentimento de americanidade. É possível depreender isso a partir das palavras do próprio romancista e crítico oitocentista, no ensaio *Notícia da atual literatura brasileira: instinto de nacionalidade*⁹ (2010, p. 5), ao referir-se à produção poética produzida pelos conterrâneos:

Bem sei que as cenas majestosas da natureza americana exigem do poeta imagens e expressões adequadas. O condor que rompe dos Andes, o pampeiro que varre os campos do Sul, os grandes rios, a mata virgem com todas as suas magnificências de vegetação, – não há dúvida que são painéis que desafiam o estro, mas, por isso mesmo que são grandes, devem ser trazidos com oportunidade e expressos com simplicidade.

Dessa forma, Cairo (2007) conclui que a aceitação da presença do instinto de americanidade concomitante à construção do instinto de nacionalidade na literatura brasileira talvez seja um passo que se esteja dando no sentido de fazer com que esta literatura seja vista como latino-americana.

Embora no texto Cairo intensifique a análise apenas na produção romântica latino-americana, há de se destacar que a conexão entre o sentimento de nacionalidade e o de americanidade continuou ocorrendo em outros momentos da história da literatura. No século XX, o autor de *Macunaíma* (2008) procurou compor a brasilidade de seu personagem por meio da afirmação de sua americanidade. Mário de Andrade reconhecia a heterogeneidade constitutiva dos povos. Nesta rapsódia, o modernista tenta definir a essência da identidade nacional, recolhendo mitos e lendas da América Latina.

Márcio Bahia, certo de que o uso do conceito americanidade faz parte de um processo inacabado de afirmação cultural nas Américas, em *Estratégias identitárias no continente americano: “americanidad”, “américanité”, “americanidade” e a ausência de “americanity”* (2007), busca explicar como essas complexas manobras determinam a cartografia do conceito no continente. Ao analisar os pensadores da americanidade no espaço continental, o estudioso identifica a adoção do que chama de “perspectiva periférica” do conceito. Tal perspectiva compreende dois eixos indissociáveis, encontrados em diferentes níveis de intensidade entre os pensadores.

A lógica do primeiro eixo, sustentado na ideia de promoção de certa união continental e no qual se inspira esse texto, é a seguinte: o vigor cultural americano reside na promoção da abertura cultural e proximidade continental nas Américas, não na expressão fragmentada das culturas nacionais circunscritas a espaços restritos. No lado hispano-americano, há a influência de escritores como José Martí (1977), com sua representação de *Nuestra América*, José Lezama Lima (1993), com sua *expresión americana*, e Alejo Carpentier (1976), com reflexões sobre o *real maravilloso* americano. No Brasil, encontram-se os estudiosos da geração canadianista, entre os quais figuram a professora Zilá Bernd.

Por sua vez, o segundo eixo da perspectiva periférica do conceito, conforme Bahia (2007), apela para uma união continental acompanhada de certa resistência ao “centro”, visto como dominador. A posição desse centro foi ocupada primeiramente pela Europa. Depois, com a ascensão dos Estados Unidos, a rejeição passou a ser dirigida “ao gigante da América do Norte”.

Para Bahia (2007), o conceito apresenta o potencial de ampliação do campo de estudos culturais e literários, no qual não existam fronteiras delimitadoras de margens e centros e seja possível, então, a construção de um novo sentido de continentalidade americana. A noção de americanidade inspira a possibilidade de pôr, lado a lado, a literatura e a cultura dos países americanos em “infindáveis e estimulantes combinações”.

A respeito de José Martí, o porto-riquenho Julio Ramos, em seu estudo crítico sobre os *Desencontros da modernidade na América Latina* (2008), afirma que o cubano defendia a necessidade de intelectuais e políticos conhecerem e valorizarem a realidade latino-americana. Martí recusava o pensamento dominante da época, o qual propunha, segundo ele, uma "falsa modernidade" para América Latina ao excluir as culturas tradicionais dos espaços de representação política. De perspectiva reintegradora, o discurso martiniano proclamava que a afirmação da real modernidade latino-americana somente ocorreria com o reconhecimento da constituição mestiça dessa parte do continente, composta de europeus, índios e africanos.

O hispano-americanismo se transmuta em latino-americanismo com José Martí. Apesar de quase não usar o termo, o cubano seria o fundador do moderno conceito de América Latina, ao referir-se a essa parte do continente utilizando-se das expressões *Nuestra América*, *Hispanoamérica*, *América mestiza*. Martí superou a visão de comunidade linguística ou puramente cultural, concebendo *Nuestra América* como a terra dos trabalhadores, das camadas populares. Nesse sentido, a América é também um projeto de sociedade popular, democrática e, sobretudo, inclusiva, porque inclui negros, mulatos, índios.

Cada vez mais o latino-americanismo se assentou em uma reivindicação de independência frente aos Estados Unidos, já explícita em *Nuestra América*. A noção ressignificou e deu uma carga semântica à noção de América Latina, concedendo-lhe uma dimensão independente da latinidade francesa, do pan-americanismo e do hispano-americanismo das elites *criollas* (ROSSATO, 2003).

Quando o tema é a americanidade, na esteira dos intelectuais latino-americanos, Zilá Bernd, em *Americanidade e Americanização* (2003), também é de opinião de que José Martí (1983) é referência obrigatória. O cubano acreditava na possibilidade de constituição de um continente harmônico, no qual todas as etnias e culturas tivessem seus direitos reconhecidos. Na mesma medida, o compatriota de Martí, José Lezama Lima (1993), postulou a necessidade de uma "expressão americana" que se caracterizaria pela capacidade de recuperar marcas de culturas desvalorizadas para reencená-las em um novo contexto. Disto não derivariam perdas, mas a geração de expressões culturais inéditas.

Lúcia Lippi, em *Iberismo e americanismo* (2000), menciona que Richard Morse, ao analisar o pensamento intelectual e a cultura brasileira, acreditava na capacidade dos romancistas latino-americanos de renovarem o "discurso da ideologia obsolescente". O

pesquisador norte-americano apontava que romancistas como Borges, Cortázar, Guimarães Rosa, entre outros, souberam “desconstruir e reconstruir o vocabulário e as categorias”.

Uma vista de olhos na produção desses escritores e não há como deixar de mencionar a importância do momento no qual a produção narrativa latino-americana em meados do século XX passa a apresentar um processo de renovação do modelo de escrita regionalista e naturalista. A intenção era romper com o modelo de escrita europeia, revitalizando a narrativa literária e criando o chamado “novo romance latino-americano”. Uma das preocupações da nova escritura era justamente expressar a diversidade que caracteriza o continente e, com isso, firmar a identidade latino-americana (RUFFINELLI, 1995; SOSNOVSKI, 1995; TROUCHE, 2005).

A produção novelística latino-americana iniciada na década de 60 e a mudança na literatura hispano-americana não podem ser entendidas como fenômenos especificamente estéticos. Jorge Ruffinelli, no ensaio *Después de la ruptura: la ficción* (1995, p. 369), defende que

Es justo señalar que las relaciones entre lo particular literario y la totalidad llamada América Latina son tan estrechas y mutuamente dependientes que sería un esfuerzo estéril tratar de explicar el cambio literario al margen de los otros que lo acompañan – a veces en forma divergente, otras convergente – y que establecen el complejo entramado de su relación cultural.

Diante do exposto, é perceptível o quanto a literatura produzida nesta parte do continente, neste momento, está intimamente relacionada com a totalidade da vida latino-americana.

De acordo com Flávia Aguiar e Sandra Vasconcelos (2001), o crítico uruguaio Ángel Rama contribuiu muito para a redefinição do conceito de América Latina, com base na história real do continente. Tornou-se o primeiro intelectual latino-americano a de fato abolir a linha divisória do Tratado de Tordesilhas. Graças ao encontro com o brasileiro Antonio Candido, pode concretizar a ideia de uma história comum das literaturas e das culturas da América Latina.

Duas noções desenvolvidas por Candido deram-lhe embasamento. A primeira foi a ideia de sistema literário, entendido enquanto um triângulo integrado entre autores, obras e público, que se prolonga no tempo. A segunda diz respeito à concepção de que, no caso das literaturas emergentes como as das Américas, esses sistemas se constroem sobre uma dialética entre sucessivos processos de modernização ou recuperação daquilo que se considera arcaico ou regional.

Na interpretação das autoras, o olhar transculturador de Rama concebia a América Latina como “dividida em comarcas culturais que iam além das fronteiras nacionais e

que são, em nosso continente, com muita frequência, de caráter tão arbitrário (AGUIAR; VASCONCELOS, 2001, p.24). Por isso, identificava uma comarca pampeana, abrangendo partes da Argentina e Brasil, e o Uruguai; uma outra caribenha; e mais uma andina.

Ángel Rama, no ensaio *Algumas sugestões de trabalho para uma aventura intelectual de integração* (2008), publicado em 1985, enfatiza que a Revolução Cubana mexeu com o imaginário de intelectuais tanto brasileiros quanto hispano-americanos e serviu para estreitar laços e vínculos entre os dois mundos. Salienta a discordância de leituras equivocadas da época que identificavam o Brasil como um bloco e a América Hispânica como outro. Assim Rama (2008, p. 169) assume acreditar que

a realidade é mais complexa, pois existem muito mais centros, com áreas diferenciadas, algumas ligadas entre si. A relação da literatura gaúcha com a literatura rio-platense é bastante evidente e conhecida, como um exemplo das possibilidades de vinculações. Mesmo a vida política de meu país esteve estreitamente associada à vida política brasileira, outro exemplo de importante proximidade.

Nesse sentido, não estariam, os autores de *O livro da Guerra Grande*, apresentando iniciativa semelhante aos escritores e críticos citados? Se não semelhante, ousada o suficiente a ponto de propor um diálogo poético produtivo entre intelectuais de espaços e culturas diferentes e, ao mesmo tempo, tão complementares? Não estariam esses escritores elaborando um projeto literário de esgarçamento das fronteiras da nacionalidade em prol da criação de uma narrativa com inspiração mais latino-americana?

3 A escrita coletiva de *O Livro da Guerra Grande*

Alejandro Maciel, já no prefácio de *O Livro da Guerra Grande*, afirma que a intenção da obra é “celebrar a paz entre povos” e, por isso, afirma: “Escrever um livro sobre a paz não aparece apropriado nessa civilização globalizada na qual a beligerância, o terror, as hemorragias, e os explosivos parecem ser a receita de ouro para contar histórias e histerias” (ROA BASTOS, 2002, p. 9).

As crônicas são exercícios com intenções mais literárias do que históricas, o que não afasta seu caráter questionador em relação à legitimidade do discurso histórico. No projeto literário, enquanto Augusto Roa Bastos e Alejandro Maciel buscam abordar ficcionalmente aspectos da guerra a partir dos campos de batalha do século XIX, Omar Prego Gadea e Eric Nepomuceno constroem narrativas, nas quais as personagens contemporâneas procuram retomar vestígios da guerra.

Roa Bastos é autor das duas primeiras crônicas: *Em frente à frente argentina* e *Em frente à frente paraguaia*. As narrativas são repletas de metáforas, as quais servem para

compor não apenas o cenário de horror da guerra, mas também para mostrar os lados contrários do conflito e, principalmente, a perspectiva do episódio sob o ponto de vista dos vencidos. Os textos dialogam, questionando as “verdades” e preenchendo lacunas deixadas pela historiografia oficial.

Na crônica *Em frente à frente paraguaia*, Roa Bastos faz referências ao pintor Cândido López, quando é mencionada a existência de um artista paraguaio homônimo ao argentino. O paraguaio também havia perdido o braço direito. Nas palavras do narrador, o pintor já não era senão “a metáfora do povo dizimado, exterminado pela guerra”. Certamente, o escritor paraguaio, com a introdução do que chama de “duplo guerreiro”, procura acionar os valores relacionados tanto ao nacionalismo quanto a uma identidade intercultural compartilhada pelas nações envolvidas no conflito. O narrador destaca como a guerra pode causar efeitos danosos à identidade dos povos, quando “essas contendas ocorrem entre povos irmãos de culturas idênticas, de um mesmo sangue” (ROA BASTOS, 2002, p. 93).

A primeira crônica de Roa Bastos, *Em frente à frente argentina*, está centralizada nas personagens de Cândido López e do presidente e general Bartolomeu Mitre, ambos argentinos. Sem a presença de um narrador, o texto desenvolve-se em discurso direto contínuo (sem aspas e travessões para marcar as falas dos personagens). No diálogo, o general procura justificar as ações de intervenção contra o Paraguai e o pintor, ao mesmo tempo, tenta rebater suas ideias, apontando o grau de desumanidade presente no conflito.

Enquanto conversam, o general Mitre traduz a *Divina Comédia*, de Dante Alighieri. Associações da guerra ao Inferno são constantes, como, por exemplo, na seguinte passagem:

Vamos conhecer o inferno lendo Dante, mestre. Onde pensa que estamos, general? Você deveria pintá-lo. Que acha que estou fazendo? Não está vendo aqui a artilharia aliada, ali a infantaria paraguaia? E onde foi esse combate, ajudante? A carga da batalha de Estero Bellaco, *sir* (ROA BASTOS, 2002, p. 25).

O autor aproveita para discutir temas como a ambição e o autoritarismo. Em vários momentos do diálogo entre Mitre e o pintor, o general tece críticas à figura do comandante paraguaio Solano López: “O interesse do Estado subordina os demais interesses, mestre. Por isso lhe digo que não podemos permitir que uma ditadura ameace a paz da América do Sul” (ROA BASTOS, p.17). Ao mesmo tempo, Mitre defende que se faça tudo a qualquer preço, em nome do Estado, inclusive, utilizar a arte para manipular os fatos, a sociedade. Cândido, motivado por princípios humanitários, é o contraponto e discorda de suas colocações:

Você vai pintar o massacre e a decapitação manual? Que tipo de mestre é o nosso? Esqueça o passado, mestre da paleta, torne-o mais leve. Não há melhor fé que acreditar no impossível. Meu pulso não mente, general, menos ainda depois que perdeu a mão (ROA BASTOS, 2002, p.15).

O pintor, ainda que compatriota do comandante, não compartilha de sua opinião sobre a necessidade da guerra: “É estranha a justiça sagrada, dom Mitre. Castiga igualmente aquele que se beneficia e aquele que se prejudica, como em sua guerra” (ROA BASTOS, 2002, p.36).

A segunda crônica de Roa Bastos, *Em frente à frente paraguaia*, é um fragmento de seu livro *El Fiscal* (1993). Na narrativa sobre a incursão de *sir* Richard Burton ao acampamento paraguaio, relata-se o encontro do britânico com o general Solano López e Madame Lynch. Em um primeiro momento, o texto detém-se no diálogo travado entre Burton e López acerca da guerra e ao relato da admiração do cônsul à esposa do presidente paraguaio. Na sequência, voltam-se as referências a Cândido López. Menciona-se a existência de um pintor paraguaio homônimo ao artista argentino. O pintor havia perdido o braço direito ao ser atingido pelos estilhaços de tiros projetados por uma metralhadora. Nas palavras do narrador, o pintor já não era senão

...a metáfora do povo dizimado, exterminado pela guerra. [...] Cândido López pintou em quadros memoráveis a tragédia da guerra, mas seu próprio corpo era o comentário mais terrível dela. O pintor assumiu o martirólogo coletivo e o “passou” para os quadros da segunda época. Estes negam o marcial esplendor dos primeiros, ainda pouco retóricos. Talvez esses quadros, segundo um enigma ainda não esclarecido, fossem obra de outro pintor, um paraguaio também chamado Cândido López (ROA BASTOS, 2002, p.78).

A intenção de Roa Bastos, com a introdução do que chama de “duplo guerreiro”, é acionar os valores relacionados tanto ao nacionalismo quanto à identidade intercultural das nações envolvidas no conflito. Mais adiante, o narrador destaca como a guerra pode causar efeitos danosos à identidade coletiva dos povos:

As guerras, como todo fenômeno da tragédia humana, quase sempre geram profundas alterações coletivas e individuais, principalmente quando essas contendas ocorrem entre povos irmãos de culturas idênticas, de um mesmo sangue. Sua efusão violenta, qualquer que seja a causa que as origine, transforma-se em alterações, às vezes traumáticas, de suas identidades, e em consequência, de sua própria história (ROA BASTOS, 2002, p. 93).

A narrativa de Alejandro Maciel, *Fundação, apogeu e ocaso do Quilombo do Gran Chaco*, relata a deserção do capitão argentino Francisco Paunero. O capitão, narrador do texto, descreve o quilombo como uma colônia localizada na região fronteira entre Paraguai, Argentina e Brasil e habitada por refugiados das quatro nacionalidades. Segundo ele, eram

índios mal adaptados à civilização, pessoas a quem a guerra havia espantado das cidades, libertos que cruzaram a fronteira fugindo de seus donos, pardos desertores dos quatro exércitos mestiços de todo o tipo, soldados prófugos e mulheres vindas ou trazidas de

todos os lugares (ROA BASTOS, 2002, p. 123).

Paunero também explica que o governo da comuna era formado por um conselho administrado por três representantes de cada um dos países envolvidos no conflito. Na entrada da colônia, constava uma bandeira branca, cujo lema era “Paz na paz e guerra à guerra”.

A constituição híbrida do continente americano é perceptível quando a narrativa faz referências à linguagem dos conjurados. A princípio lá viviam falantes do português, espanhol e do guarani. Quanto à religião, notam-se manifestações e símbolos de crenças de matrizes indígenas, africanas e católicas, por vezes, em formas sincréticas, em outras, simplesmente convivendo no mesmo espaço. O templo erguido pela comunidade era em estilo barroco indígena, o que aponta para a herança católica conjugada à ameríndia. Nestor García-Canclini (2003) já havia apontado, em seus estudos, que a noção de hibridação é fundamental para compreender a história latino-americana.

A arte mais uma vez é mencionada no livro, quando, na crônica, a música é definida como o idioma de todos. Nas palavras do narrador, o capitão argentino, ao se referir a alguém que tocava para os conjurados, era “um uruguaio [que] nos tinha feito sentir por alguns minutos que éramos todos a mesma coisa” (ROA BASTOS, 2002, p. 148).

No texto, constam, também, referências ao aparecimento de um bando de “cavaleiras guerreiras”. Elas se diziam desertoras da opressão empreendida pelo comandante Solano López, mas comprometidas com a luta paraguaia. As amazonas são mencionadas no início do romance, pelo personagem de Cândido López, na crônica de Roa Bastos. No texto de Maciel, as guerreiras, recém-chegadas ao Quilombo, escolhem os homens com quem querem passar a noite.

As amazonas são personagens importantes no universo do imaginário coletivo das Américas. Conforme a pesquisadora Zilá Bernd, em *As Américas: nascimento em morte das utopias* (2010), muitos mitos recorrentes entre as primeiras narrativas, e até em textos contemporâneos, são “fragmentos míticos europeus adaptados ao novo cenário”. No caso das amazonas, o que ocorre é a recuperação e a ressignificação da mitologia grega ao espaço continental americano.

Em os papéis do general Rocha Dellpiane, de Omar Prego Gadea, o narrador explora os arquivos secretos do militar uruguaio. O investigador tem acesso aos arquivos, que se encontravam sob os cuidados da neta de Dellpiane. Dona Rosa Rocha Saavedra deixa transparecer certo ressentimento com relação aos historiadores, a quem

acusa de não terem dado a importância devida ao papel de seu avô na guerra. Assegura que a publicação do material serviria apenas para “prejudicar ainda mais a memória do general”. Por conta disso, decide queimar os documentos, interrompendo a investigação. A anciã questiona o valor da História, a qual define como “um acúmulo de misérias, de assassinatos, de matanças, de falsificações, de interpretações tendenciosas”.

Eric Nepomuceno, por sua vez, encerra o livro com o texto *Um barão não mente, envelhece*. A crônica narra o resgate da descendência de um dos conjurados do quilombo do Gran Chaco, o militar brasileiro Florêncio Silveira. Em meio aos relatos do narrador, o VII Barão de Ramalho, sobre sua empreitada à justiça para adquirir o direito de ter o título, fica evidente a crítica à censura aos documentos relacionados à guerra e à situação de pobreza e destruição da nação paraguaia.

Quando interpelado por uma jovem a respeito dos vencedores da guerra, irritado, o barão responde: “... que vencedores? Brasil, Argentina, Uruguai? Ou os verdadeiros, os banqueiros britânicos que financiaram e estimularam aquela carnificina? Heróis? Quem?” (ROA BASTOS, 2002, p. 218). Mais adiante, desabafa: “... começo a pensar no que sou, no que somos, no que fiz, no que fizeram de mim, no que fizeram conosco...” (ROA BASTOS, 2002, p. 219). Com os fragmentos, é possível tecer algumas reflexões. Primeiro, acerca da versão revisionista da guerra, de questionar o discurso histórico ao estar sempre procurando legitimar certas versões, enquanto outras são silenciadas. Segundo, sobre o incômodo do personagem sobre quem de fato é, de sua vergonha por se sentir um daqueles que ajudaram a dizimar povos irmãos.

É comum, no início de uma contenda, ouvir o suplício de uma nação pedindo o extermínio do povo com o qual duela. Mas, no momento em que o extermínio se efetiva, todo o mundo se escandaliza. Instala-se um sentimento de culpa coletiva e o governo, e por consequência, o exército nacional, passa a ser amaldiçoado. Os termos pejorativos com os quais se costuma designar ao “inimigo” são, muitas vezes, substituídos pela palavra “irmãos”.

É perceptível que o romance aciona elementos de aproximação entre personagens de diferentes nacionalidades e culturas circunscritas ao espaço latino-americano. Como um dos grandes objetivos do projeto literário foi recontar como pessoas com nacionalidades de lados contrários da guerra podem viver em harmonia em outro modelo de conformação social, política e cultural (o do Quilombo do Gran Chaco), a afirmação de uma latino-americanidade advém de uma estratégia recorrente na obra, que é reforçar a ideia de que a guerra destruíra povos e culturas de um mesmo território; não o da nação, mas de uma parte do continente americano.

Tal empreendimento literário, em certa medida, choca-se com o argumento levantado por Pedro Dolabela Chagas (2011) de que é perceptível na recente produção romanesca uma rarefação significativa dos temas Brasil e América Latina como centro orientador da narrativa, ou seja, se apresentam como temas proporcionalmente menos importantes para o romance brasileiro e latino-americano. Segundo o estudioso, os romances contemporâneos que têm a identidade enquanto tema não se encaixam na orientação das produções do “mito” e do “arquivo”, tese de Roberto Echevarría¹⁰, e “tal e qual Brasil”, tese de Flora Sussekind¹¹. Isso significaria que, segundo Chagas, o paradigma da desconstrução do “paradigma da nacionalidade”, tão importante nas décadas de 1980 e 1990, estaria chegando a um ponto de saturação. Mas, então, como explicar o que ocorre em *O livro da Guerra Grande* (2002), uma vez que discorrem sobre o Brasil, a América Latina e os mitos da América?

Considerações finais

As fronteiras nacionais, quando associadas à guerra, geralmente são entendidas como linhas que separam grupos e domínios políticos. No entanto, nas narrativas analisadas, o significado dessas fronteiras é questionado. Os critérios da etnicidade são colocados como construtos discursivo-culturais que rasuram a força do projeto de nacionalidade.

O argumento apresentado no texto não tem a intenção de levantar bandeira totalizante, uma vez que os esparsos exemplos retirados dos romances permitem que se pense na possibilidade de que a ficção contemporânea voltada a reinterpretar a Guerra do Paraguai problematiza a hipótese levantada por alguns estudiosos da literatura, de que, nas últimas décadas, a produção literária brasileira e latino-americana esteja entrando em um processo de rarefação tanto do paradigma do nacionalismo quanto do latino-americanismo. Os romances aludidos relativizam sim a força do nacionalismo, mas, por outro lado, na intenção de condenar o conflito bélico, além de atravessar a questão identitária com representações de outra natureza (como a de gênero, por exemplo), retomam um passado mítico da América e/ou reivindicam laços supostamente latino-americanos entre os povos dos países envolvidos no conflito.

Não existem respostas precisas para esses questionamentos, já que o presente estudo trata-se de um exercício de reflexão sobre a problemática da identidade. Ao mesmo tempo, não deixa de sinalizar a oportunidade de avançar na investigação dos motivos para esse tipo de discussão estar se apresentando na literatura revisionista da Guerra do Paraguai. Afinal, o texto insinua caminhos, mas não chega a percorrê-los

plenamente.

Ao passo que consegue implementar uma incursão sobre um universo tão heterogêneo, como o híbrido Quilombo do Gran Chaco, os autores dos quatro países envolvidos na guerra trazem à tona um tema fundamental do debate cultural contemporâneo na América Latina: o latino-americanismo. As atitudes escriturais dos autores já são uma metáfora ao sentimento de latino-americanidade. São diferentes, mas, ao mesmo tempo, não excludentes. Da forma semelhante, os personagens são interpelados pelo sentimento de “pertença ao continente americano”; todos diferentes, mas, ao mesmo tempo, irmãos, na medida em que compartilham de muitas histórias, mitos, linguagens e desejos.

O romance *O livro da Guerra Grande* empreende um quadro revisionista da Guerra do Paraguai, enveredando entre os limites da ficção e da História. Por meio da ficcionalização de personagens históricos e de outros simplesmente inventados, o projeto literário procura desmitificar heróis, denunciar fanatismos e falsos nacionalismos, desnaturalizar verdades cristalizadas e dar voz a minorias silenciadas pelo discurso histórico, como a de militares contrários à violência da guerra, culturas indígenas, mulheres, entre outras. Ao mesmo tempo, busca acionar alguns elementos de um imaginário coletivo dos povos circunscritos ao espaço latino-americano: o mito das amazonas, a religião católica, a cultura ameríndia. Todos esses elementos que fazem os personagens serem interpelados por um sentimento que é maior do que a nacionalidade, quando esta compromete a paz dos povos: o instinto de latino-americanidade.

Notas

¹ cintiapaula1@gmail.com

² Professora Adjunto, UFBA, nancyrfv@gmail.com

³ DORATIOTO, Francisco. **Maldita Guerra**: nova história da Guerra do Paraguai. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

⁴ Poeta, romancista e professor de literatura, com **Hijo de Hombre** (1970) iniciou trilogia sobre o monoteísmo do poder e que inclui também **Yo el Supremo** (1974), romance que conta a história de José Gaspar Rodríguez Francia, ditador no Paraguai durante 26 anos.

⁵ Periodista e ensaísta, também publicou livros de contos e os romances **Último domicilio conocido** (1990), **Para sentencia** (1994), **Nunca segundas muertes** (1995) e **Delmira** (1996). Participou da obra coletiva **La muerte hace buena letra** (1990).

⁶ Jornalista, criador do programa *Sangue Latino*, exibido pelo Canal Brasil, e autor de **Quarenta dólares e outras histórias** (1987), **Hemingway na Espanha** (1991), **Coisas do mundo** (1994), **A palavra nunca** (1997), **Quarta-feira** (1998), **Contradanza y otras histórias** (1982), **Antes del invierno** (1984) e **O massacre** (2007). Traduziu obras de Gabriel García Márquez, Julio Cortázar e Jorge Luis Borges, entre outros.

⁷ Médico-psiquiatra, como escritor, fez outra coautoria com Roa Bastos em **La casa de La memoria**. Em **La salvación después de Noé** (1990) aborda temas do judaísmo.

⁸ Termo utilizado por Alejandro Maciel, no prefácio, para identificar o texto de cada autor da obra.

⁹ Publicado originalmente em *O Novo Mundo*, 24/03/1873.

¹⁰ Conforme Chagas (2011, p. 45), aos romances sob o *topos* do “arquivo” pertencem “todas as formas e estratégias historicamente adotadas para a construção literária da identidade, assim como os vários

‘mitos’ de origem representados literariamente”. Trata-se de um arquivo de formas, de temas, personagens e padrões explicativos, dos quais o escritor contemporâneo poderia acionar livremente.

¹¹ Chagas (2011, p. 46-47) explica que, segundo Sussekind, o romance brasileiro se colocara como missão histórica ‘definir’ e ‘explicar’ a nação e sua sociedade e que “o sistema brasileiro seria regido, historicamente, por uma simbiose entre a produção romanesca e acrítica literária. Essa simbiose teria fomentado um realismo objetivo, que anulava que anulava a sua própria ficcionalidade ao tratar o texto como um meio neutro para a expressão de conteúdos que desta forma apareciam na literatura, assim como se manifestavam na realidade”.

Referências Bibliográficas

AGUIAR, Flávia; VASCONCELOS, Sandra. **Ángel Rama: literatura e cultura na América Latina**. Tradução de Raquel La Corte dos Santos, Elza Gasparotto. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2001.

ANDRADE, Mário de. **Macunaíma: o herói sem nenhum caráter**. Agir: São Paulo, 2008.

ANDRÈS, Bernard. Que latino-americanidade para o Quebec e o Brasil? **Revista Alceu**. Rio de Janeiro, v. 7, p. 196-210, jul/dez. 2003. Disponível em: <<http://revistaalceu.com.puc-rio.br/media/alceu-n7-Andres.pdf>> Acesso em: 20.mar.2012.

ASSIS, Joaquim Maria Machado de. **Notícia da atual literatura brasileira: instinto de nacionalidade**. Disponível em: <<http://machado.mec.gov.br/images/stories/pdf/critica/mact25.pdf>> Acesso em: 20.mar.2012.

BAHIA, Márcio. Estratégias identitárias no continente americano: “*americanidad*”, “*americanité*”, “*americanidade*” e a ausência de “*americanity*”. In: **Scripta**, Belo Horizonte, v. 11, n. 20, p. 43-55, 1º sem. 2007. Disponível em: <http://www.pucminas.br/imagedb/documento/DOC_DSC_NOME_ARQUI20080716123311.pdf> Acesso em: 20.mar.2012.

BERND, Zilá. Enraizamento e errância: duas faces da questão identitária. In: SCARPELLI, Marli Fantini; DUARTE, Eduardo de Assis (Org.). **Poéticas da diversidade**. Belo Horizonte: UFMG/Fale, 2002, p. 36-46.

_____. Americanidade e americanização. In: _____. (Org.). **Americanidade e transferências culturais**. Porto Alegre: Movimento, 2003.

_____. As Américas: nascimento e morte das utopias. **Letras de Hoje**, Porto Alegre, v. 45, n.4, p.67-70, out./dez/2010. Disponível em: <<http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/fale/article/viewFile/8556/6070>> Acesso em: 02.abr.2012.

BOLÍVAR, Simón. **Escritos políticos**. México: Porrúa, 1999.

CAIRO, Luiz Roberto Cairo. Literatura brasileira, literatura latino-americana? **Entrelaces**. p. 37-43. Agosto, 2007. Disponível em: <<http://www.entrelaces.ufc.br/cairo.pdf>> Acesso em: 20.mar.2012.

CASTRILLON-MENDES, Olga Maria. **Taunay viajante: construção imagética de Mato Grosso**. Cuiabá, MT: EdUFMT, 2013.

CHAGAS, Pedro Dolabela. Após a nacionalidade: história do romance e produção romanesca no Brasil e na América Latina. In: THOMAZ, P. C.; MARTINEZ, J. L. **Estudos de Literatura Brasileira Contemporânea**, n. 38, jul./dez. 2011, p. 41-59.

DINIZ, Dilma Castelo Branco. O conceito de América Latina: uma visão francesa. **Caligrama**: Revista de Estudos Românicos, 2007. Disponível em: <<http://www.periodicos.letras.ufmg.br/index.php/caligrama/article/view/185/137>> Acesso em: 19.jun.2012.

GARCÍA CANCLINI, Néstor. **Culturas híbridas. Estratégias para entrar e sair da modernidade**. 4. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2003, 388p.

LIMA, José Lezama. **La expresión americana**. México: Fondo de Cultura Económica, 1993.

MIGNOLO, Walter. **La idea de América Latina**. Traducción Silvia Jawerbaum y Julieta Barba. Barcelona: Editorial Gedisa, 2007.

OLIVEIRA, Lúcia Lippi. Iberismo e americanismo: um livro em questão. In: _____. **Americanos**: representações da identidade nacional no Brasil e nos EUA. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2000.

RUFFINELLI, Jorge. Después de la ruptura: la ficción. In: PIZARRO, Ana (Org.) **América Latina**: palavra, literatura e cultura. São Paulo: Memorial; Campinas: UNICAMP, 1995.

RAMA, Ángel. **Literatura, cultura e sociedade na América Latina**. Seleção, apresentação e notas Pablo Rocca. Tradução Rômulo Monte Alto. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008. 208p. (Humanitas)

RAMOS, Julio. **Desencontros da modernidade na América Latina**: literatura e política no século 19. Tradução Rômulo Monte Alto. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008. 348p. (Humanitas)

ROA BASTOS, A.et. al. **O livro da Guerra Grande**: quatro escritores latino-americanos e a Guerra do Paraguai. Tradução Josely Vianna Baptista. Rio de Janeiro: Record, 2002

ROSSATO, Elisiane Rubin (2003). **A nacionalização e a regionalização na formação da identidade latino-americana**. Disponível em:<<http://www.ufsm.br/mila/publicacoes/reppilla/edicao01-2004/2004%20artigo%202.pdf>>. Acesso em 10/12/2013.

TROUCHE, André. Boom e pós-boom. In: FIGUEIREDO, Eurídice (Org.). **Conceitos de literatura e cultura**. Juiz de Fora, MG: Editora UFJF; Niterói, RJ: Eduff, 2005, pp. 83-102.

SOSNOVSKI, Saúl. La “nueva” novela hispanoamericana: ruptura y “nueva” tradición. In: PIZARRO, Ana (Org.) **América Latina**: palavra, literatura e cultura. São Paulo: Memorial; Campinas: UNICAMP, 1995.